

A “COLÔNIA ALEMÃ” DO RIO DE JANEIRO PELAS LENTE DO CLUBE GERMANIA

Marina Michahelles *

Pode parecer uma novidade, mas já vem de longe a presença de imigrantes alemães na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Carlos Fouquet, a cidade tem a “colônia alemã urbana” mais antiga do Brasil. O primeiro núcleo de indivíduos de origem germânica teria começado a se formar a partir de 1808, como diversos outros grupos de estrangeiros, atraídos pelas possibilidades de desenvolver atividades comerciais em decorrência da abertura dos portos¹. A “colônia alemã” teria se consolidado em 1821, com a fundação da *Gesellschaft Germania* (Sociedade Germania, também conhecida vulgarmente por Clube Germania). Essa agremiação ou clube de caráter social, formado principalmente por homens de negócio ligados ao grande comércio, era freqüentado por parte dos 200 indivíduos denominados “alemães” e 100 suíços, que constam no Registro de Estrangeiros como residentes na cidade em 1822 (Fouquet, 1974: 47). Nesse período, é possível que a popularidade de Leopoldina da Áustria atraísse a presença dos assim chamados “alemães” para a cidade, em função da origem germânica da imperatriz.

Quando se trata de imigração alemã em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, aborda-se um fenômeno distinto do que ocorreu para os núcleos coloniais alemães no sul do país. Nesses últimos, a imigração se

caracterizou por uma política específica, dirigida para a captação de famílias formadas principalmente por agricultores. Já para os centros urbanos, além da fixação de imigrantes não ter tido uma base familiar, não recebeu tal estímulo e subvenção para o estabelecimento da população estrangeira. O Rio de Janeiro nesse sentido tinha ainda um status especial no que diz respeito ao plano político, econômico e geográfico. Como distrito federal, a cidade concentrava após a Primeira Guerra Mundial um terço do comércio e da indústria do país, sendo ainda porto e porta do Brasil.

Consideremos também que os projetos dos diversos comerciantes, em sua maioria situados nos centros urbanos, não implicavam necessariamente uma fixação permanente no Brasil, isto é, muitos se estabeleciam com o intuito de fazer fortuna, residiam na cidade por alguns anos, retornando mais cedo ou mais tarde à terra natal. Além disso, tal qual outras “colônias alemãs” urbanas no Brasil, a do Rio de Janeiro se caracterizava por ser numericamente mais reduzida e não apresentar uma concentração geográfica de domicílios de imigrantes como ocorria com colônias no Sul. Em 1860 a população alemã no Rio de Janeiro era estimada em 2600 indivíduos (Hinden, 1921: 193). Em 1920, residiam aproximadamente 5.000 imigrantes alemães e seus descendentes na cidade (Fouquet,

1974: 49), num universo de 1.157.873 habitantes. Já em 1940 o censo indicava a presença de 9.475 cidadãos alemães nascidos na Alemanha e 945 cidadãos brasileiros que falavam alemão em casa. Este aumento populacional advém do intenso fluxo de imigração alemã para o Brasil na década de 1920, que contabilizou praticamente um terço de todos os “alemães” imigrados para este país, inclusive no século XIX. Somente no ano de 1924 teriam entrado mais de 22 mil alemães no Brasil. Mas também em sentido contrário o movimento era grande, de modo que apenas em 1924 10.000 alemães residentes no Brasil repatriaram-se. Nos anos 1927 e 1928 somente do Rio de Janeiro voltaram para a Alemanha 536 alemães, auxiliados pelas diversas sociedades teuto-brasileiras da cidade (Willems, 1980: 65 e 290).

Outro fator que justificaria o crescimento do grupo na capital federal é a migração de “teuto-brasileiros” do Sul para o Rio de Janeiro e São Paulo, em busca de melhor formação escolar e ascensão social. Para o ano 1935, René Gertz alude à cifra de 25.000 imigrantes germânicos e seus descendentes residentes em todo o estado do Rio de Janeiro (Apud Magalhães, 1998: 39). No perímetro urbano “os alemães” distribuíam-se amplamente por diversos bairros da cidade. Os dados do censo de 1940 permitem identificar os bairros com maior número de

indivíduos teutos e teuto-brasileiros. Apesar de estarem localizados nas regiões mais abastadas da cidade, não constituíam uma maioria nessas áreas².

A expressão “colônia alemã”, uma referência às instituições nas quais se falava o idioma alemão e a seus frequentadores na cidade do Rio de Janeiro, é utilizada em dois contextos diferentes. Como autodesignação dos grupos de “alemães” e expressão denotadora de uma identidade étnica que se constitui pouco a pouco, sobretudo a partir de meados do século XIX. Mas a expressão é utilizada também por viajantes no século XIX e autores teuto-brasileiros a partir de 1920, quando se referem retrospectivamente aos “alemães” na então capital federal e a sua trajetória secular (Hinden, 1921; Aldinger, 1923; Fouquet, 1974 e Oberacker Jr., 1985). Tratar da “colônia alemã” requer certa cautela para não se creditar à trajetória do grupo no Rio de Janeiro uma suposta continuidade, imputada por parte da literatura especializada, quase sempre ecoando a principal fonte bibliográfica sobre a presença alemã no Rio de Janeiro, o livro *Deutsche und der Deutsche Handel in Rio de Janeiro* [Alemães e o comércio alemão no Rio de Janeiro]. A obra, escrita por um de seus membros, o alemão Heinrich Hinden (1876-1952), e editada em comemoração do centenário da Sociedade Germânia em agosto de 1921, é aqui tomada como o meio privilegiado de acessar o grupo de imigrantes “alemães” no Rio de Janeiro no século XIX e nas duas primeiras décadas do XX. Esse artigo pretende analisar a fixação e legitimação de uma memória e o processo de constituição de uma identidade cujo eixo é o Clube Germania, mas que possui um escopo mais amplo que o clube, englobando em seu discurso as demais camadas de alemães da cidade.

NAS ENTRELINHAS DA MEMÓRIA

Dentre as várias leituras plausíveis do volume comemorativo, é interessante “desconstruir” o ponto de vista do próprio autor, tentando entrever suas intenções e suas escolhas. Se por um lado a perspectiva da investigação está previamente determinada pela visão e pelas escolhas do autor, é possível reconhecer nas entrelinhas que a identidade étnica é resultado de uma construção e que sofre transformações ao longo do tempo.

Apesar do livro ser obra de um autor, é qualificado por ter sido uma encomenda da associação, publicado com a sua chancela. Como qualquer obra institucional, torna a voz de seu autor a voz autorizada da associação. O texto é postulado como a história que deve ser acreditada como a memória do grupo de alemães do Rio de Janeiro na posteridade, apesar de consistir apenas numa versão dessa história. Memória “enquadrada” pelo relato e, como tal, um importante elemento para a afirmação de uma identidade coletiva. Por isso faz-se mister a referência à obra analisada como *lugar de memória*, constituída num momento histórico caracterizado pela “disputa entre memórias”.

O período da Primeira República é o de formação de uma memória nacional que quer se apresentar unificada e integradora. Momento em que diversos intelectuais estão formulando a idéia de nação brasileira e buscando caminhos para a sua modernização. Ao invocar o caráter uniformizador da memória coletiva nacional, Pollak se refere à tendência de repressão das memórias minoritárias (Pollak, 1989:4). É o que ocorre nesse período de desenvolvimento das idéias nacionalistas e da influência do

imperialismo americano no Brasil, através da doutrina Monroe. Na disputa entre os imperialismos e diante do crescimento do movimento pangermanista na virada do século XIX para o XX, os governos americanos, franceses e ingleses alardeiam a ameaça do “perigo alemão”. Esse discurso anti-germanista ganha eco no Brasil, nas opiniões expressas por escritores de renome como Sylvio Romero e Graça Aranha³. O clima hostil aos alemães coincide com o florescimento da ideologia étnica teuto-brasileira no Sul, em decorrência do processo de urbanização das áreas colonizadas, da politização da classe média naquela região e do surgimento de uma elite intelectualizada que escreve e publica suas idéias através de centenas de jornais e revistas. A divulgação da germanidade, por sua vez, provoca o direcionamento das atenções de intelectuais e políticos em âmbito nacional para o elevado grau de organização desses núcleos de imigrantes alemães, explicitado em sua imprensa, na conservação e no cultivo da língua falada e escrita e na existência de centenas de escolas, igrejas evangélicas luteranas e associações alemãs. Tal situação eleva ainda mais as vozes “nativistas” contra os chamados “quistos étnicos”, exigindo a assimilação cultural daqueles imigrantes. Assim, naquele ambiente pouco amistoso, Hinden escreve sua obra, como uma tentativa de atestar os valores positivos dos comerciantes e industriais “alemães” na então capital federal.

O desafio da leitura do livro do centenário é destrinchar informações que se encontram emaranhadas no texto, quais sejam: de um lado, a constituição da identidade étnica e suas transformações; de outro, a ideologia teuto-brasileira através de um discurso mais característico do momento em

que o livro é escrito, calcado numa identidade contrastiva.

DIVERSOS SIGNIFICADOS DE SER "ALEMÃO"

O emprego de aspas para o termo "alemão" tem diversas razões. Primeiro, porque até 1871 inexistia a Alemanha como Estado nacional. Havia apenas inúmeros Estados regionais e cidades independentes que, basicamente, eram identificados entre si por uma língua erudita comum, o *Hochdeutsch* (o alemão culto) e pela alta cultura alemã (*deutsche Kultur*). Segundo, porque o critério de inclusão/exclusão da categoria "alemão" no Rio de Janeiro foi sujeito a transformações significativas, constatáveis no decorrer da narrativa de Hinden. Em terceiro lugar, porque o uso mais corriqueiro da categoria remete a uma identificação coletiva de alemão no Brasil, correspondendo a um brasileiro de origem germânica.

O autor observa a existência de uma identificação inegável do tipo "homens de comércio" entre os membros da Sociedade nos primórdios da associação. Havia um "espírito de classe" ou um *ethos*, se preferirmos, que correspondia a interesses específicos compartilhados. Além desse interesse profissional comum, existiam também laços originados de uma "solidariedade européia". A Germania vinha preencher a demanda de negociantes europeus por um ponto de encontro para os membros de uma minoria numérica numa cidade "estrangeira".

Mas para além desses aspectos inicialmente manifestos, a identidade étnica constituída pela *Kaufmannschaft* [grupo de homens do comércio] da Germania estava diretamente relacionada ao desenvolvimento do nacionalismo

alemão. Isso porque os limites étnicos eram constituídos pelo pertencimento cultural à nação alemã. Assim, os elementos utilizados pelos membros do próprio grupo para a configuração das fronteiras étnicas eram, nesse caso, tomados em grande medida do arsenal cultural do nacionalismo alemão.

No período anterior à unificação alemã o principal referencial é a língua. "Alemães" eram considerados os austríacos, teuto-russos, suábios do Danúbio, hannoverianos, gente da Hansa (de Hamburgo, Bremen e Lübeck), pelo uso da língua. Sob este critério, também os franceses, holandeses e ingleses que falavam alemão eram "alemães". Isso porque em 1821 não existe para o grupo qualquer correspondência entre nação alemã e Estado. A nação é pensada como categoria desterritorializada, dada pela cultura e pela língua⁴.

No livro, o autor subdivide os próprios membros do clube em dois grupos distintos pelo critério da origem: os "alemães" e os "não nascidos na Alemanha" (sic). Insere os "alemães" sempre numa categoria positiva em relação aos "outros" associados, qualificados pela negação, ou seja, através dos termos "não-alemães" ou "estrangeiros" (Hinden: 42). A categoria positiva "alemão" é então atribuída pelo autor àqueles que tivessem nascido nos Estados germânicos. *Grosso modo*, esses Estados haviam composto o que antes se conhecia por Sacro Império Germânico. Um exemplo: No ano de 1825, 39 membros são considerados por ele como sendo de "nacionalidade alemã", através de um critério que engloba os austríacos, e 33 como "não-alemães". Entre esses últimos, figuram onze ingleses, cinco suíços, cinco escandinavos, três franceses e belgas, um português e um brasileiro (Hinden: 61). Relativamente ao ano 1826, atribui a mais da metade dos 50 sócios

o rótulo de "não-alemães". Sabemos também através do livro que boa parte desses sócios não tinha domínio do idioma alemão. Pelos dados disponíveis, fica claro que não havia ainda nesse período uma identidade étnica definida na associação, ou seja, os próprios membros do clube na época não se consideravam parte de uma comunidade étnica definida como "alemã" no Rio de Janeiro.

Apesar do anacronismo da classificação estabelecida no livro — dada a inexistência do Estado alemão —, o recurso da observação das listas contendo os nomes e os locais de nascimento nos ajuda a revelar a transformação do perfil étnico no âmbito da Sociedade. A ausência de uma regulamentação restritiva aos não falantes do idioma alemão ou aos não naturais de um Estado alemão antes de 1828 é um bom indicativo de que, para o conjunto de membros da Germania, na década de 1820, a categoria "alemão" não tinha o mesmo significado que Hinden viria atribuir um século mais tarde, nos anos 1917-20.

Entretanto, é possível ver, pelos comentários sobre as atas e estatutos da associação, um afinamento e uma restrição ao ingresso de não-falantes do idioma alemão cada vez maiores. O primeiro marco do processo de delimitação do pertencimento étnico em curso são as determinações dos novos estatutos de 1828, que restringiam a presença no clube a no máximo dois quintos do total de sócios que não tivessem o domínio da língua teuta. A despeito disso, persistia um quadro de numerosa presença dos indivíduos que Hinden designa "estrangeiros" ou "não-alemães". Porém, a partir de 1832, a saída de muitos daqueles associados designados "estrangeiros", conferia ao clube, nas palavras do autor, "uma feição mais 'nacional-alemã'. A

consequência de um progressivo fechamento da instituição em torno de algo definido como “germanidade”, por sua vez, teria provocado certa reserva em relação à associação por parte dos demais “estrangeiros” residentes na cidade. No relatório anual de 1832, predominavam entre os sócios classificados como “estrangeiros” os suíços-alemães, seguidos de franceses, enquanto que os ingleses desapareciam por completo. O autor atribui essa saída à crescente concorrência comercial entre “alemães” e ingleses (Hinden:103).

Entre os *Rio-Deutsche* [alemães do Rio] evidenciam-se os reflexos da unificação da Alemanha através do recrudescimento das reivindicações por um critério de seleção mais rigoroso daqueles que poderiam se associar, com base nos seus conhecimentos da língua alemã. Exatamente em 1870, em plena guerra franco-prussiana, manifesta-se novamente e de forma mais contundente o debate sobre a presença de não-falantes do alemão na Germânia. A discussão girava em torno da questão se a Sociedade deveria tornar-se um clube “estritamente alemão” ou não. O novo regulamento aprovado estabelecia que o número de não-falantes do alemão estaria limitado a um sexto do total de sócios. Ou seja, ao que tudo indica, nesse período a questão da identidade continuava a ser ainda muito mais uma questão definida pelo domínio da língua alemã do que pela origem ou ascendência alemã.

Nesse período de escalada do nacionalismo alemão, inaugura-se no clube um período de intensa ritualização e comemoração dos eventos políticos. O detonador de uma verdadeira explosão de civismo e nacionalismo no final do século XIX pode ser abordado na perspectiva de

Eric Hobsbawm. Esse historiador refere-se à apropriação e ao acionamento de certos símbolos e imagens inventadas pelos nacionalismos, muitas vezes através da criação artificial de laços com um passado histórico ou mítico (Hobsbawm, 1997: 9-23). Na Sociedade as tradições inventadas se fazem presentes no dia-a-dia dos associados. Em 1888, quando da morte de Guilherme I, a figura feminina Germânia (que representa o povo e o território alemães) é pintada por um dos sócios em reverente sinal de luto no livro de protocolos da associação, que documenta uma cerimônia em homenagem ao falecimento de Guilherme I. Além disso, a associação adquire uma estátua dessa figura, signo da pátria então unificada. Também a bandeira da Alemanha está presente, hasteada ao lado do prédio da Sociedade, na ilustração contida no início do livro de Hinden. Podemos reconhecer na dinâmica do manejo desses símbolos e práticas o despertar de um nacionalismo fervoroso. Nessa época também são comuns no clube festas para a comemoração de datas cívicas alemãs, como os aniversários de Bismarck e do Imperador Guilherme II. Por outro lado, são fortalecidos os laços com a pátria brasileira, através do culto a D. Pedro II, frequentador das festas e bazares da colônia alemã.

O livro de Hinden começa a ser escrito em 1917. Não parece mera coincidência que a iniciativa da escrita da história da Sociedade tenha se dado justamente no ano em que o Brasil cortava as relações com a Alemanha, após o torpedeamento de um navio brasileiro (Hinden, 1921: 493). Desde agosto de 1914, quando a Inglaterra declarara guerra à Alemanha, sentindo-se perseguidos, os alemães e seus descendentes do Rio de Janeiro, organizaram-se em diversas

agregações, numa demonstração de solidariedade e união jamais vistas na sua trajetória passada. Em novembro daquele ano, formou-se um comitê da Cruz Vermelha de representantes de todas as associações teuto-brasileiras da cidade, para auxiliar os alemães que perdiam seus empregos em firmas estrangeiras de outras nacionalidades. Paralelamente, fundou-se uma liga de firmas alemãs, em âmbito nacional, para a defesa do comércio alemão.

Faz sentido que esse olhar singular sobre o passado seja lançado justamente num momento de crise para os “alemães” e do concomitante recrudescimento do nacionalismo entre eles e quando, mais adiante, com a derrota da Alemanha na guerra, seu ufanismo é colocado em cheque. Nesse contexto, era interessante para os “alemães” fomentar, remodelar e reforçar em cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e coerência.

ESTRANGEIROS OU TEUTO-BRASILEIROS?

Além da imagem de uma trajetória relativamente contínua e aparentemente unívoca do grupo étnico, sugerida pelo livro do centenário, outro ponto de vista acerca da colônia alemã do Rio de Janeiro merece ser destacado aqui. Trata-se da idéia fixada pela literatura teuto-brasileira sobre esse grupo de “alemães” que residiam na antes capital imperial e posterior capital federal. Emílio Willems, num clássico sobre a imigração alemã no Brasil, editado em 1946 e reeditado em 1980, consagra a visão de Karl von Koseritz sobre a distinção entre os alemães do Rio de Janeiro e dos colonos radicados no Rio Grande do Sul. Segundo as palavras daquele líder étnico no Rio Grande do Sul, expressas em um livro

que data de 1885, os “alemães do Rio” não passavam de “estrangeiros” sem maior interesse pelo Brasil e seus destinos, a não ser quando estes colidiam com seus próprios interesses imediatos. Em contraposição estariam os colonos do Sul, cujo centro de gravitação de interesses de fato se encontrava no Brasil (Willems, 1980:372). Ou seja, Willems taxa o grupo da classe alta de falantes do alemão que gravitavam em torno da Sociedade Germania como um simples grupo de estrangeiros sem qualquer ligação nem com alemães, nem com teuto-brasileiros, nem com os alemães de outras classes sociais no Rio de Janeiro e no Brasil.

Através de exame mais detido na trajetória do grupo encontram-se indícios para verificar que esta visão estigmatizada merece uma revisão. Se por um lado, realmente o livro do centenário deixa entrever a grande mobilidade dos abastados comerciantes “alemães”, com o retorno de uma boa parte para a Europa, ele revela também a formação de um grupo étnico, através da fundação de diversas agremiações e instituições freqüentadas por uma população que falava o idioma alemão, a partir do segundo quartel do século XIX. Essas associações, em grande parte fundadas e dirigidas por membros da mencionada sociedade, formavam uma rede de imigrantes na urbe, também dotada durante diversos períodos de uma imprensa em língua alemã.

Assim, de modo semelhante ao que ocorreu em outras “colônias alemãs” no Brasil, a pequena-burguesia da Germania capitaneou uma organização étnica no Rio de Janeiro que podemos chamar de teuto-brasileira (Seyferth, 2000:16). A primeira das instituições fundadas a partir da mobilização de seus membros foi a comunidade evangélica luterana, em 1826. Em

1844 membros da Germania fundam uma sociedade de auxílio mútuo, a *Deutscher Hilfsverein* [Sociedade Beneficente]. Objetivamente, o que motivou a criação de organizações de cunho assistencial foi o aumento de fluxo de imigrantes pelo porto do Rio de Janeiro, muitos dos quais necessitavam de auxílio para sobreviver. Hinden afirma que somente no ano 1840 chegavam à capital 1800 “alemães”. A maioria que se estabelecia na cidade era constituída de artífices, os quais buscavam integrar-se tanto na comunidade evangélica quanto na Sociedade Beneficente. Diferentemente do Clube Germania, essa última era uma associação sem qualquer tipo de barreira social. Por esse motivo, atraía entre a população de imigrantes de classe média e baixa, um número maior de membros associados do que entre os associados da Germania (Hinden, 1921: 126/7).

Somente a partir de 1855 são tomadas iniciativas para a constituição de um estabelecimento de ensino, pois para os ricos da Germania essa questão se resolvia por intermédio da contratação de preceptores e do envio de seus filhos à Europa. Mas crescia a demanda por uma escola que atendesse aos filhos de famílias dos artesãos pobres ou com poucos recursos.

A iniciativa tomada pela Sociedade Beneficente de fundar uma escola nos moldes de uma autêntica escola prussiana decorre do “apelo patriótico” do projeto e do interesse de suas lideranças em formar mão-de-obra teuto-brasileira, que futuramente pudesse ser empregada em seus negócios. O estabelecimento fundado em 1863 acolhia, em sua grande maioria, filhos de imigrantes alemães, apesar de também aceitar estudantes brasileiros, desde que seu número não ultrapassasse em até um terço o total de alunos, e de que ingressassem até a

idade de oito anos. Nos anos iniciais havia também algumas restrições para alunos “teuto-brasileiros”, filhos de mãe ou pai brasileiros.

Desde meados do século XIX até o início da década de 1940 houve, com alguns períodos de interrupção, uma imprensa teuto-brasileira na cidade. Ao longo desse período, são editados cinco jornais em língua alemã, destinados à população germânica. Apesar das diferenças entre eles, seguiam uma linha parecida com a dos jornais das colônias no Sul. Eram caracterizados pelo *Deutschtum* — expressão em alemão que corresponde ao discurso que ressalta a contribuição econômica, política e cultural dos teutos no Brasil e considera idealmente o pertencimento à etnia alemã⁵.

Ainda no início da década de 1920 a Sociedade Germania configura um núcleo importante na colônia, apesar de perder parte de sua preponderância. Para isso contribui o crescimento geral do grupo de alemães na cidade nesse período e o surgimento de diversas outras instituições que reúnem camadas de falantes da língua alemã. Entre elas encontramos uma igreja católica, a associação de mulheres, a de ginástica, a de professores, a de ajuda mútua e a de canto, as comunidades católica e evangélica, a associação cultural Pró-Arte. Havia também a liga de firmas teuto-brasileiras e a central alemã do Rio de Janeiro, ambas fundadas durante a Primeira Guerra. Ainda assim o papel relevante da associação deve-se ao fato de muitos de seus membros serem proprietários de firmas de comércio e de indústria e constarem das listas de contribuintes e doadores regulares de importantes instituições de cunho étnico, quais sejam a Sociedade Beneficente alemã, a Escola Alemã e a Igreja Luterana. Além disso subsidiavam através de anúncios o *Jornal Rio Deutsche-Zeitung*, existente

desde junho de 1921. Essas associações, tal como nas colônias do Sul, tomadas por seus membros como manifestação da *Kultur* alemã, exerciam a função de lugares de afirmação de etnicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados do século XIX os “alemães” instalados no Rio de Janeiro, achavam-se interligados nacionalmente a grupos maiores de teuto-brasileiros, em sua maioria nas colônias concentradas na região Sul do Brasil. Mantinham canais de comunicação por intermédio de uma imprensa, dos sínodos da Igreja Evangélica Alemã e de uma organização nacional de escolas teuto-brasileiras. Nesse período passaram a compartilhar de uma identidade étnica constituída a partir dos ideais do romantismo e do nacionalismo alemães. Mas tal ideologia também resultava dos acontecimentos da vida política e dos conflitos resultantes do choque entre um discurso nacionalista e assimilacionista e as reivindicações por autonomia lingüística e cultural e cidadania política pelos setores ascendentes da classe média das colônias no Sul no começo do século XX. Além disso, influenciaram as experiências específicas a cada comunidade, que no caso da “colônia do Rio de Janeiro” tem a ver especificamente com a questão urbana. Assim é de se desconfiar da interpretação de que os “alemães” da Germania estivessem alheios à rede de teuto-brasileiros na cidade e no país. Apesar de menores numericamente e de sua integração à cidade heterogênea que era o Rio de Janeiro, o grupo não se distancia do perfil étnico das colônias no Sul.

* Marina Michahelles é mestranda em história na Universidade Federal Fluminense

NOTAS

1 - Segundo Fouquet, o “Registro de Estrangeiros 1808-1822” indica 4.234 estrangeiros, entre os quais 1.500 espanhóis, quase 1000 franceses, mais de 600 ingleses, aproximadamente 200 italianos, mais de 200 “alemães” e quase 100 suíços. Freqüentemente os familiares não são considerados. Por outro lado, são citados alguns viajantes. (Fouquet, 1974: 47-50).

2 - Cf. tabela da relação entre a população geral, estrangeiros e alemães pelos bairros da cidade de acordo com dados do censo de 1940 em Moraes (2002), p.44. Os bairros com maior número de alemães eram Santa Tereza, Glória, Lagoa, Copacabana, Gávea, Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca e Andaraí.

3 - Romero publica dois textos clássicos em 1902 e 1906, nos quais refere-se ao “perigo alemão”, discorrendo sobre as dificuldades de assimilação e os riscos de uma secessão patrocinada pelo Estado alemão unificado: *O elemento português no Brasil*. Lisboa, Typografia da Cia. Ed. Nacional e *O allemanismo no sul do Brasil. Seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro. Em 1917, já no contexto da 1ª Guerra é lançado no Brasil o livro de André Chéradame intitulado *O plano pangermanista desmascarado*. No prefácio, Graça Aranha brada em tom nacionalista contra a presença teuta no Brasil, alertando sobre a ameaça das colônias à soberania nacional. A Liga Pangermânica (*Alldeutscher Verband*) era um movimento não-governamental na Alemanha. Fundada no ano de 1890, era partidária de uma Alemanha supra-nacional, que incluísse todos os alemães do mundo. Não importava o fato de não terem nascido na Alemanha, já que o princípio de *jus sanguinis* prevalecia sobre o *jus soli*, isto é, a nacionalidade baseava-se no sangue e na ascendência.

4 - Os românticos alemães (Schlegel, Herder, Fichte, Lessing, entre outros) foram figuras-chaves para o surgimento de um nacionalismo que remontava a um passado e a uma tradição medievais. A maioria deles, porém, invocava a “pátria” sem qualquer conotação política, isto é, não em termos de um “Estado alemão”, mas sim de uma “nação alemã”, dotada de uma cultura superior às demais nações. Uma das principais contribuições é o conceito de *Volksgeist* de Herder — em português, “espírito do povo” — que indica um caráter unificador através do qual os homens se vinculam a comunidades culturais nacionais e/ou a Estados políticos. Assim, na década de 1820 a idéia nacional alemã ainda era essencialmente cultural, a despeito da grande libertação promovida pela Prússia contra a ocupação francesa em 1813, quando começa

a se desenvolver paulatinamente um nacionalismo voltado para a formação de um estado nacional (Seyferth, 1976, cap.1).

5 - Inicialmente é fundado o *Der Deutsche Einwanderer* (bissemanário) e o *Der deutsche Beobachter*, ambos em 1853. Os dois tiveram vida curta. Entre 1875 e 1889 circula o semanário *Allgemeine Deutsche Zeitung für Brasilien*. O quarto jornal é o diário *Deutsches Tageblatt*, editado no período entre 1915 a 1917, e fechado por causa da crise que segue à decretação do estado de guerra com a Alemanha. Por último, um jornal de grande influência na comunidade teuta da capital, o diário *Deutsche na Rio Zeitung*, que é fundado após a 1ª Guerra, em 1921, e perdura até 1941 (Seyferth, 2000:17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDINGER, Paul
(1923) *Deutsche Mitarbeit in Brasilien*. Curitiba, T. Locher. 1
- FOUQUET, Carlos
(1974) *Der deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien. 1808-1924-1974*. São Paulo, Instituto Hans Staden; Porto Alegre, Federação dos Centros Culturais de 25 de Julho.
- HINDEN, H.
(1921) *Deutsche und deutscher Handel in Rio de Janeiro. 1821-1921*. Rio de Janeiro, Paul Witte.
- HOBBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (org.)
(1997) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl
(1998) *Alemanha, mães-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas: Unicamp.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza
(2002) *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. (Tese de doutorado).
- OBERACKER JR., Carlos H.
(1985) *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Presença.
- POLLAK, Michael
(1989) “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.
- SEYFERTH, Giralda
(1976) *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Tese, São Paulo, USP.
- SEYFERTH, Giralda
(2000) *A Imigração alemã no Rio de Janeiro*, 7 Letras.
- WILLEMS, Emilio
(1980) *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, Brasília.